



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO DO MENOR INFRATOR EM CONDIÇÕES DE LIBERDADE  
ASSISTIDA NO TRABALHO SÓCIO-CULTURAL, PEDAGÓGICO  
ESCOLAR E LETRAMENTO.**

**AMANDA CORREIA LIMA**

ORIENTADORA: ANA CLAUDIA RODRIGUES FERNANDES



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



BRASÍLIA/2011

**AMANDA CORREIA LIMA**

**INCLUSÃO DO MENOR INFRATOR EM CONDIÇÕES DE LIBERDADE  
ASSISTIDA NO TRABALHO SÓCIO-CULTURAL, PEDAGÓGICO  
ESCOLAR E LETRAMENTO.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB - Pólo de Anápolis.

Orientadora: Professora Ana Claudia Rodrigues Fernandes

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**AMANDA CORREIA LIMA**

### **INCLUSÃO DO MENOR INFRATOR EM CONDIÇÕES DE LIBERDADE ASSISTIDA NO TRABALHO SÓCIO-CULTURAL, PEDAGÓGICO ESCOLAR E LETRAMENTO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

ANA CLAUDIA RODRIGUES FERNANDES (Orientador)

---

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Examinador)

---

AMANDA CORREIA LIMA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os excluídos dessa sociedade injusta que lutam diariamente para se manter vivos. A todos, que ao seu modo, abraçam a causa de um mundo com pessoas melhores e condições de dignidades de sobrevivência, seja nos aspectos, físicos, mentais e espirituais, pessoas que buscam ser incluídas dia-a dia no mundo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço as filosofias cristãs e budistas, pelo engrandecimento de idéias e percepções a respeito do mundo e do ser humano.

À minha mãe por ter se disponibilizado inteiramente, não só com carinhos e afeições, mas também com profunda dedicação de horários com meus filhos.

Aos meus filhos, Jéssika e Gabriel, por existirem e desenvolverem em mim o verdadeiro sentimento de amor, realização e busca evolutiva permanente.

À Secretaria do Estado de Educação do DF que em parceria com a UNB/UAB me proporcionaram a construção do conhecimento na área da Educação Inclusiva.

Ao Davi por estar ao meu lado na oscilante roda gigante que é minha vida.

Aos amigos de trabalho do Posto de Saúde do Riacho Fundo II, (Andréa, Albertina, Cláudio, Ariadne, Renata, Terezinha, Zilda e Flávia). Amados.

Aos amigos de trabalho da UTI do Hospital de Samambaia (Toda equipe), em especial Bruno e Jeane, por incluírem as pessoas constantemente em suas vidas com muita dedicação.

Aos meus colegas de trabalho do Centro de Ensino Fundamental 115/113 do Recanto das Emas pela compreensão nos momentos de pesquisa e trabalhos pedagógicos com os alunos do EJA.

Aos meus alunos queridos que reafirmam diariamente a minha missão no mundo, em especial ao Peterson (Petinho) que teve sua vida interrompida aos 17 anos de idade. Mais uma vítima do descaso social.

Aos meus parceiros do “rock in roll” que aliviam o peso dessa vida. Fábio Lorena, Toni, Drica, Iarita, Sandro, Pati, Michel, Danúbia, Carlinha, Mari, Fé, Tathy, Dionísio, Fabiano, Marcos, Flávio, Israel, Luciano, André e Jecão.

Às tutoras Ana Cláudia e Patrícia Campos por toda paciência e dedicação.

*De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, rir-se da honra e ter vergonha de ser honesto.*

**(Ruy Barbosa)**

## RESUMO

O trabalho refere-se ao tema: “*Inclusão do menor infrator em condições de liberdade assistida no trabalho sociocultural, pedagógico escolar, através do letramento*”, que tem em sua proposta analisar a real situação inclusiva em sala de aula do adolescente que frequenta as escolas públicas da cidade satélite do Recanto das Emas que estão em condições de liberdade assistida e sua vivência social. O trabalho aborda em seu referencial teórico os seguintes temas: Leis, Família, Escola, Inclusão e Letramento. Teve como metodologia o modelo qualitativo, se realizou através de uma pesquisa bibliográfica e de campo. A metodologia usada é de predominância teórica descritiva de caráter qualitativo, tendo como instrumentos diários, memorial, questionário diário do professor e atividades. A pesquisa contou com três participantes diretos e mais opiniões de cinco professores que já trabalharam ou trabalham com adolescente infrator. Trouxe como resultados a discussão sobre a importância de uma verdadeira inclusão do menor infrator em sala de aula, se encerrando com as considerações finais que foram sintetizados nos resultados, as descobertas e as indicações para estudos posteriores de pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão, Menor Infrator, Liberdade Assistida, Escola, Letramento.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>I – FUNDAMENTAÇÃO TEORICA</b>	<b>14</b>
1.1 Leis	14
1.2 Família	16
1.3 Escola e a Inclusão	18
1.4 Escola, Inclusão e Letramento	20
<b>II – OBJETIVOS</b>	<b>22</b>
<b>III – METODOLOGIA</b>	<b>23</b>
3.1 Tipo de Estudo	23
3.2 Procedimento de Coleta de Dados	23
3.3 Pesquisa E Coleta de Dados	23
3.4 Contexto da Pesquisa	23
3.5 Participantes	27
3.6 Materiais	28
3.6.1 Modelo de Questionários ( ALUNOS)	29
3.6.2 Modelo de Questionários (PROFESSORES)	29
3.7 Instrumentos de Construção de Dados	30
3.8 Diário De Campo	31
3.9 Memorial	31
3.10 Procedimento de Construção de Dados	31
3.11 Procedimento de Análise de Dados	32
<b>IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>33</b>
4.1 Análise do Questionário ( ALUNOS)	34
4.2 Análise do Questionário (PROFESSORES)	34
4.3 Diário de Campo e Memorial	38
<b>V – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>43</b>



**APÊNDICES** **45**

A – Questionário Alunos (Modelo)

B – Questionário Professores (Modelo)

**ANEXOS** **46**

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

C – Memorial do Aluno

D – Memorial do Professor

E – Trabalhos

F – Questionários

## APRESENTAÇÃO

Existe um extenso diálogo a respeito do menor e a idade penal, já que para muitas pessoas as medidas sócioeducativas servem apenas de acobertamento legal para tolher a imputabilidade do menor infrator, isto é, tais medidas estimulam os adolescentes a reiterarem práticas delituosas, uma vez que não estariam sob a austeridade da pena privativa de liberdade (reclusão e detenção). Neste contexto, esses jovens chegam às escolas devido ao incentivo em conquistarem a condição de liberdade assistida, mais com pequena motivação a uma real inclusão a vida escolar. Infelizmente, o que vemos, na maioria das vezes, são esses alunos serem expulsos, mortos ou novamente na criminalidade, desta forma, eles não alcançam o êxito na escola e acabam por abandonar o processo que deveria ser inclusivo.

O presente trabalho tomou como objeto de análise a referida problemática vivida por tais jovens, ou seja, alunos que freqüentam ou freqüentaram o EJA – Educação de Jovens e Adultos que são designados como “Adolescentes Infratores” de 12 anos a 18 anos, segundo ECA – Estatuto da Criança e Adolescente, que estão sujeitos às medidas sócio-educativas listadas no Capítulo IV, entre as quais está a internação forçada (detenção física) por um período de no máximo 3 (três) anos, conforme artigo 121, § 3º, do referido Estatuto, caso não participem de medidas sócio-educativas.

A liberdade assistida do menor infrator entra nas possíveis medidas sócio-educativas, listadas no artigo 112 do ECA, que seria o acompanhamento do infrator por um orientador, por no mínimo seis meses, para supervisionar a promoção social do adolescente e de sua matrícula, freqüência e aproveitamento escolares; e sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho (arts.118 e 119);

A PROBLEMÁTICA deste projeto de pesquisa surge através dessa situação inclusiva na escola. **Como ocorre a inclusão do menor infrator em condição de liberdade assistida na vida escolar?** Baseado neste contexto de uma vivência profissional e social a pesquisa fez uma análise do tema, tendo como norteamento o letramento, que seria a forma funcional da alfabetização. O aluno letrado não decodifica palavras, mas faz ligações com seu contexto diário.

Através da realidade escolar é que os educadores se deparam com a árdua missão de lidar com a forma excludente da sociedade com esses jovens infratores. Exclusão essa, que se dá, muitas vezes, antes da infração. Família e o contexto escolar se sentem desorientados em como promover essa inclusão.

Frequentemente participantes do contexto escolar, professores, diretores, alunos, pais de alunos, etc., sentem-se sozinhos e frustrados por não saber onde procurar ajuda para solucionar problemas que o processo de inclusão estabelece para a dinâmica educacional. (COELHO, 2010, p. 67).

Trabalho com alunos em condições de liberdade assistida, com aqueles submetidos a medidas sócioeducativas que são assistidos em liberdade e como exigência jurídica devem estar frequentando regularmente uma instituição de ensino. Este trabalho foi iniciado por mim no estágio do curso de graduação em Letras das Faculdades Integradas da Terra de Brasília-FTB em 2006, através do projeto da instituição Fenações Integração Social – organização não governamental que presta serviços sócio-educativos aos jovens da cidade do Recanto das Emas, região administrativa do Distrito Federal. Na instituição pude presenciar alguns projetos sociais que tinham como objetivo incluir os menores infratores na sociedade, trazendo-lhes cultura e arte. Os projetos, em sua grande maioria, não chegavam ao final do cronograma estipulado, devido à grande rotatividade de alunos e voluntários, o que me deu motivação a iniciar um trabalho investigativo a respeito do desenvolvimento afetivo, relacional e social desses jovens assistidos.

Esse trabalho remete um valor significativo no que se refere ao auxílio aos professores que tem questionamentos a respeito do processo de aprendizagem do menor infrator e sua real inclusão escolar e na sociedade. A fim de verificar qual contribuição ocorre de fato no ambiente escolar, podendo se expandir para a família e sociedade.

A inclusão escolar é hoje tida como um novo modelo de educação que visa trabalhar as diferenças, e conta com uma lei que ampara as instituições para colocar em prática essa estruturação educacional, esse modelo inclusivo. Como a educação tem um papel fundamental na sociedade, busca-se trazer o menor infrator para esse convívio inclusivo escolar como requisito básico para sua inserção social. A partir do momento em que o jovem se vê como cidadão e que faz parte significativa da sociedade, a sua reflexão e postura influenciarão em toda a estrutura social. É importante que existam mobilizações para que ocorra tal sensibilização nos jovens

que cometem infração na sociedade ou em aqueles que têm uma predisposição à criminalidade.

A inclusão do aluno menor infrator na sociedade deve ser parceira das aplicações de medidas sócioeducativas impostas pela lei. Deve-se manter uma parceria mútua. A inclusão para os adolescentes infratores parece apresentar falhas, daí a importância de uma melhor análise de como esse processo está sendo desenvolvido na escola. O trabalho deve ser conexo, com ajuda mútua.

É certo que, para aplicação efetiva de qualquer medida sócio-educativa, necessita-se de incentivo e organização estatal, e aí, talvez, esteja a maior dificuldade. (PRATES, 2009, p. 79).

O principal objetivo desse trabalho foi verificar a eficácia do trabalho pedagógico na inclusão escolar do aluno em condição de liberdade assistida, bem como a análise do trabalho pedagógico e letramento que está sendo realizado nas escolas do Distrito Federal, especificamente na cidade de Recanto das Emas e os resultados observados.

O Tema foi dividido nos seguintes capítulos: o primeiro é a *Fundamentação Teórica* que traz reflexões sobre as leis, família, escola, inclusão e letramento. Neste capítulo foram abordados aspectos do adolescente infrator nesses pilares. Toda história que gira em torno da estigmatização do termo menor e suas relações com a justiça no Brasil, em especial o ECA, partindo dos requisitos básicos do processo de socialização inclusiva do adolescente infrator na sociedade.

O segundo capítulo: *Objetivos* referem-se aos objetivos propostos para análise do trabalho desempenhado nas escolas do Recanto das Emas na modalidade EJA com os alunos assistidos judicialmente.

No terceiro capítulo foi abordado as *Metodologias*, foi abordado todo percurso investigativo da pesquisa com a relação aos dados, através da metodologia qualitativa. Foram usados os diários de observações, entrevistas, participantes e todo recurso que direcionaram ao método trabalhado na pesquisa, baseados na metodologia de letramento, onde o aluno através de vários gêneros textuais e temas se contextualizam no mundo, promovendo uma alfabetização funcional.

O quarto capítulo foi dedicado aos *Resultados e Discussões* a respeito da inclusão escolar com jovens em condição de liberdade assistida. O letramento como

recurso inclusivo e possíveis políticas sociais que garantam que essa inserção ocorra.

E finalmente, foram traçadas as considerações finais em uma síntese a respeito dos capítulos anteriores e ainda sua relação com a realidade observada.

## I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 Leis

No nosso sistema político tudo deve ser baseado pela lei. A lei é a forma segura de se estabelecerem direitos e deveres para a sociedade. Pode-se observar que as leis, em sua maioria, trazem uma relação de similaridade entre elas, tem o propósito de assegurar ao indivíduo direitos iguais.

A legislação que se refere aos menores vem nesse contexto gradual. Sua preocupação com esse público vem desde a colonização do Brasil, tendo exemplo às ordens criadas por D. Filipe II (ordenações Filipinas). Depois vieram as leis codificadas do Código Mello de Mattos, até a então Constituição Federal e com ela o Estatuto da Criança e Adolescentes.

A preocupação com a delinquência juvenil estava exposta já nas Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil por mais de dois séculos, até a promulgação do Código Criminal do Império, em 1830. (JESUS, 2006, p.31).

A primeira legislação codificada sobre o menor ocorreu em 1927, Decreto nº. 17.943-A, mais conhecido como Código Mello Matos, que foi elaborado pelo professor e jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina. Este Código teve suma importância ao adotar a menoridade penal (até os 18 anos), pois existiam na época leis penais que consideravam responsabilizados penalmente pessoas a partir de 14 anos de idade.

Alem de confirmar o juizado privativo de menores e a idade penal de quatorze anos, limite abaixo do qual os menores e a idade penal de quatorze anos, limite abaixo do qual os menores sobre o procedimento especial para delinqüentes entre quatorze e dezoito anos e inovou ao dispor sobre o pátrio poder, prevendo a sua suspensão aos pais que, por abuso de autoridade, negligência, incapacidade ou impossibilidade de exercer o seu poder, faltassem habitualmente ao cumprimento dos deveres paternos.(JESUS, 2006, p.44).

Desde o surgimento do referido Código Mello de Mattos houve uma estigmatização do termo menor na sociedade brasileira, devido ao seu uso conceitual estar interligado aos adolescentes infratores que em sua grande maioria

vem de um contexto social marcado por um sistema preconceituoso e pela seletividade discriminatória de cor, raça e classe.

A Constituição Federal foi promulgada no ano de 1988, na Câmara dos Deputados com intuito de garantir cidadania em suas leis ao indivíduo brasileiro. Logo após essa promulgação surgiu a discussão em se pensar uma lei destinada ao público infantil. Esse ideal se consagrou em Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 1990.

Importante recordar que foi justamente na Câmara dos Deputados, logo após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que as primeiras discussões sobre a premência de uma nova legislação destinada ao público infanto-juvenil ganharam espaço à altura deste grande debate; onde as idéias foram gradativamente sendo lapidadas e este belo sonho deu seu decisivo impulso para converter-se em lei. (ECA, 1990, p.09).

Tendo na Constituição Federal e o Estatuto um amparo para as famílias classe média baixa, por estarem em risco na situação social, como: fome, violência, falta de moradia, educação, entre outros fatores. Incorporam-se o termo “menor” como valores inferiores, como são citados:

Como a legislação pretensamente corretiva alcançava apenas os adolescentes das famílias de baixa renda, estivessem eles abandonados, em conflito com a lei ou em situação de risco social, logo os menores deixaram de ser uma categoria de cidadãos. Passaram, então, por um processo que os reduziu à condição de objetos manipuláveis por seres superiores, ou maiores, de modo que a palavra menor incorporou definitivamente um valor negativo, atrelado à imagem das crianças e dos adolescentes sujos, maltrapilhos, supostamente malandros e perigosos, uma redução da condição humana. (JESUS, 2006, p.19).

O Brasil foi um dos pioneiros, no que diz respeito à promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. A partir do artigo 227 da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Lei 8.069/90) é que foi assegurada em leis a proteção integral ao menor.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227).

O que se pretende é que a Constituição tenha uma funcionalidade ampla que garanta uma proteção integral, embasados em força legal.

Deste modo, por representar uma extensão de valores da Constituição da república e formado ideologicamente a partir de seu artigo 227, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não doutrinou do modo de que pretendia, ou seja, protegendo integralmente as categorias de cidadãos constantes de seu nome. (JESUS, 2006, p.17).

As crianças e adolescentes em conflito com a lei ganharam visibilidade nas medidas sócioeducativas, promulgadas pela Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, vieram à tona alguns sentimentos de insegurança, muitas vezes motivados pela mídia, de que as leis de amparo ao menor permitiam a impunidade.

Através dos direitos fundamentais dos cidadãos, neste caso, adolescentes, as medidas sócio-educativas não privativas de liberdade serão relacionadas com o Direito Penal mínimo. A intenção é resgatar a conduta do indivíduo, com a ajuda da família, antes da maior idade, ao contexto social. Nesse trabalho inclusivo será dada à, sociedade uma resposta ao ato infracional cometido pelo adolescente, pois na menor idade ele ainda não é considerado um criminoso e sim, um infrator.

Embora não se considere o adolescente em conflito com a lei como autor do crime, e sim de ato infracional, este é considerado legalmente como a conduta descrita como crime ou contravenção penal, motivo pelo qual o Direito Infante-Juvenil herda do Direito Constitucional as garantias materiais e processuais. (JESUS, 2006, p.21).

A família nesse momento tem uma grande parcela de responsabilidade para que as medidas exigidas por leis sejam cumpridas, através de vigilância e parcerias da comunidade e escola.

## **1.2 Família**



O menor infrator, muitas vezes, vem de uma realidade familiar conflituosa. Muitos dos adolescentes têm a formação familiar abalada pelas desestruturas de reflexo social. Na maioria dos casos, vindo de famílias de alcoólatras, o álcool, que é tido hoje como a droga licita mais vendida no Brasil, segundo a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, fator que se liga esse que se liga a falta de instrução, tendo como exemplo essa desestruturação social. Os adolescentes desse contexto não aprendem a lidar com as emoções, dificultando a formação do julgamento moral. “Julgamento moral refere-se ao conhecimento do certo e do errado, o que a pessoa considera ou julga como certo, bom e justo”. (DALLEGRAVE, 2006, p.11).

Os fatores excludentes da sociedade são cruciais na instabilidade emocional dessas famílias. Famílias de camadas mais pobres lutam por sobrevivência. Esse reflexo se reproduz em seu convívio familiar. Convivência muitas vezes em condições subumanas, externada através de comportamentos compactuantes da desestrutura familiar.

Contudo, é preciso reconhecer que a insuficiência de salários e condições concretas de vida levam as famílias empobrecidas a usarem todas as suas energias exclusivamente na luta pela sobrevivência, vedando-lhes o direito de atuarem como cidadãos íntegros, com possibilidades de canalizarem horas de sua vida para educação, melhores opções de trabalho, cuidados com a saúde, busca de uma identidade cultural e política, lazer e maior investimento em relações afetivas”. (PRATES, 2009, p.23).

É importante ressaltar, que a desestrutura familiar, nada tem haver com a composição familiar já que não seguimos mais os modelos tradicionais de família de outrora.

A família é certamente o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento no qual o ser humano vive. Suas experiências dentro do seio familiar o marcarão por toda a vida. Mas, de que família estamos falando? Somos testemunhas da profunda ruptura que vem ocorrendo na instituição familiar da maneira como foi concebida inicialmente. É notória a diminuição de casamentos, o aumento do número de divórcios, o aumento do nascimento de filhos fora do casamento, o aumento de mães adolescentes, o incremento dos grupos domésticos de pessoas sós ou de famílias recompostas. (KELMAN, 2010, p. 40)

Contudo, pais dos mais variados modelos estruturais, têm delegado suas responsabilidades à escola, sendo que a educação deveria começar no seio familiar. É na vida em família que se busca um alicerce baseado no respeito e em valores de bom convívio social, desde então, se dá recursos de inclusão do indivíduo na sociedade.

### **1.3 Escola e a Inclusão**

Os alunos menores infratores em condições de liberdade assistida chegam às escolas e muitas vezes impulsionados apenas pela concessão, semiaberta, tornando-se liberdade assistida que entra nas possíveis medidas sócio-educativas, listadas no artigo 112 do ECA, não se envolvem na prática didática da escola, pois nem sempre a escola tem recursos, sejam didáticos, estruturais ou humanos, adequados para recebê-los, criando nesse ambiente uma falta de motivação entre ambas as partes.

O Regime de semiliberdade, de acordo com o artigo 120, será a forma de transição para o meio aberto, com previsão de atividades externas e escolarização e profissionalização. Esbarra-se, porém, na falta de estrutura. Com a impossibilidade das atividades previstas, fica a mingua o espírito da lei. (JESUS, 2006, p. 159).

O papel da educação está baseado em favorecer ao menor novas leituras, tanto escritas, quanto de mundo, criar mecanismos de letramento no ato de ler, de ver e de vivenciar o mundo. Trazer para a sala de aula mecanismos que lhes deixem fortalecidos diante a sociedade que os cerca, conhecedores de seus direitos. Esses recursos são condutas inclusivas.

Por outro lado, se a escrita é uma das principais chaves para a aquisição do conhecimento, ensinar a ler e a escrever de modo a atender os usos sociais que o mundo letrado requer significa promover a inclusão social. Então, quando a escola promove o letramento, ela está, na verdade, promovendo a inclusão social e dando ao aluno condição para o pleno exercício da sua cidadania (BAZERMAM, 2007, p. 77).

Essa comunicação dentro de sala é bastante complexa porque mesmo esse aluno sendo assistido judicialmente é um adolescente com as mesmas necessidades de outros, às vezes, com uma vivência de produtos negativos da

sociedade, mas com todas as necessidades de se afirmar socialmente, de se sentir incluído. É através do letramento que o adolescente tem a possibilidade de se ver como parte integrante do mundo, com direitos e deveres.

Ao aprender a escrever, os estudantes estão aprendendo maneiras de permanência dentro de modos específicos da vida, com todo conhecimento e orientação que faz parte da participação competente naquele mundo. (BAZERMAM, 2007, p. 87).

Neste contexto da condição de liberdade assistida a escola tem a missão de incluir o menor infrator na escola e conseqüentemente na sociedade. Quando nos referimos a inclusão estamos reafirmando uma onda de exclusão social que se manifesta em nossa sociedade, e na história de todas as sociedades que já existiram até hoje. Como é dito no Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, é a luta de classe entre opressores e oprimidos. O termo incluir serve para os minoritários, não necessariamente para a minoria.

O termo serve de bandeira globalizada para grupos ditos minoritários (entre eles, feministas, negros, ex-combatentes do Vietnã, homossexuais, etc.) que, há mais ou menos trinta anos começaram a reivindicar uma sociedade mais justa e igualitária na quais as mesmas oportunidades e atenção fossem garantas para todos os que nela vivem. Há, portanto, neste conceito uma perspectiva de transformação social. (COELHO, 2010, p. 57).

A inclusão é um recente fenômeno sociocultural que, entre outras características, se configura complexo por evidenciar a separação conflituosa que é habitualmente feita entre o individual e o social: enquanto os aspectos sociais e as configurações institucionais atingem diretamente os indivíduos que os compõem, de forma coercitiva e determinante, em contrapartida os sujeitos dessa nova experiência social se constituem como organizadores da mesma, por meio da convivência continuada e relações de convivência. Nessa lógica deve se argumentar em uma forma de inclusão literalmente mais ampla, onde as pessoas possam operar com a lógica da inclusão em todas as suas ações.

... entender a inclusão como um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos de forma que eles passem a olhar para si e para o outro, sem necessariamente ter como referência fronteiras que delimitam o lugar do normal e do anormal, do incluído e do excluído, do empregado e do desempregado, etc., também é uma condição de entendimento das práticas educacionais diluídas na população. (LOPES, 2009, p.107).

É importante repensar no conceito de incluir para se praticar essa educação inclusiva, formando conhecimentos através de variadas cultura e diferenças para crescimento da sociedade.

Abranger, compreender, envolver, implicar, acrescentar e somar. Portanto, que fique compreendido que qualquer individuo pode ser incluído, pois nós podemos e devemos envolvê-lo, implicá-lo, juntando-o a qualquer outro ser para somar o seu crescimento a ambos. (ALVES, 2009, p.15).

No que se refere à inclusão escolar do menor infrator, nesse amparo que a lei da para que ocorra uma inclusão social desse adolescente, a escola desenvolve um papel de formação de opiniões, baseando nessa leitura de mundo do aluno, tendo em mãos o letramento para melhor direcionamento desse jovem à vida social, e com isso, toda a eficácia de atingir melhor situação de vida.

A escola é uma das agências de letramento, paralelamente a outros sistemas assentados na experiência de vida, na necessidade de sobrevivência, na profissão dos indivíduos, na atuação dos cidadãos em suas comunidades particulares ou em âmbito mais geral. (MOLLICA, 2007, p.16).

A escola pode ser vista como o segundo seguimento social em que o individuo interage, tendo, portanto a finalidade de lhe preparar para grupos e realidades maiores de convívio, tendo como recurso a educação formal baseada na alfabetização funcional que seria o letramento.

#### **1.4 Escola, Inclusão e Letramento**

É importante perceber que a relação estabelecida entre escola, inclusão e letramento são conquistas do espaço social a partir da inclusão social do menor incluído. É através da leitura e escrita que o aluno vai desenvolvendo habilidades para lidar com seu contexto social. É uma apropriação da leitura e escrita em seus vários gêneros textuais.

Letramento é o resultado da ação de ensinar a ler e escrever. É o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. É usar a leitura e a escrita para seguir instruções (receitas, bula de remédio, manuais de jogo), apoiar à memória (lista), comunicar-se (recado, bilhete, telegrama), divertir e emocionar-se (conto, fábula, lenda), informar (notícia), orientar-se no mundo (o Atlas) e nas ruas (os sinais de trânsito). (ANDREA & GARCIA, 2008, p.02).

Lembrando que letramento não é apenas ler e escrever é também entender o que se lê e escreve, buscando essas leituras para sua realidade de mundo através dessa visão transformadora à sociedade. Transformadora a própria vida. E pensando em adolescente infrator, sociedade e família é a maneira de se possibilitar cidadania neste contexto em geral.

## II – OBJETIVOS

### **Objetivo Geral**

- Analisar a funcionabilidade da medida socioeducativa ao aluno em condição de liberdade assistida e êxito do trabalho pedagógico inclusivo escolar, baseado na participação familiar e no letramento promovido em sala de aula.

### **Objetivos Específicos**

- Verificar o processo da condição de liberdade assistida; da aplicação da pena ao desenvolvimento escolar.
- Identificar o êxito da medida sócioeducativa da liberdade assistida para a recuperação dos menores infratores em sala de aula, através do letramento.
- Descrever a participação da família no processo de inclusão escolar.
- Identificar os melhores métodos para se trabalhar com menores infratores.
- Verificar a preparação dos professores no trabalho com menor infrator.

## **III - METODOLOGIA**

### **3.1 Tipo de Estudo**

A metodologia usada é de predominância teórica descritiva de caráter qualitativo, promovendo uma pesquisa bibliográfica de autores que relacionam com o assunto proposto, visando nortear a linha de pesquisa que foi desenvolvida.

### **3.2 Procedimento de Construção de Dados.**

Foram aplicados questionários, memoriais e analisado trabalho de alunos que passaram por problemas judiciais, visando uma melhor contribuição a pesquisa sobre a real situação que envolve o menor infrator, dando uma produção de conhecimento de um caráter-interpretativo-constructivo, a fim de se ter uma melhor análise da maneira em que vem sendo incluído o menor infrator em sala de aula, tendo como recurso o letramento.

Os instrumentos qualitativos podem ser de expressão individual, oral e escrita, ou interativos. Portanto, dá produção de conhecimento um caráter interpretativo-constructivo que enfatiza a necessidade que este tem que ser construído em relação com o que expressa o sujeito estudado. (Maciel & Barbato, 2010, p.83).

### **3.3 Pesquisa e Coleta de Dados**

A pesquisa além de bibliográfica, pois foi através de escritos de intelectuais da área que se desenvolveram os argumentos deste trabalho científico, também conta com uma abordagem qualitativa devido à aplicação de questionários, observação e contato com a realidade dos alunos, tendo como suporte as pesquisas de campo, trabalhado de forma descritiva.

### **3.4 Contexto da Pesquisa**

A pesquisa foi baseada em duas escolas públicas na cidade satélite Recanto das Emas, no Distrito Federal. Para melhor exemplificação será usado o codinome E1 para a primeira escola e E2 para a segunda escola.

A E1 fica localizado na Quadra 113 do Recanto das Emas e trabalha os três turnos: matutino, vespertino e noturno. Atende alunos acima de 15 anos no período

noturno (período usado para pesquisa), sendo oferecido alfabetização e Ensino Fundamental. Tem um público carente, sendo na maioria, alunos acima de 25 anos, pais de família. É uma região bastante perigosa, tendo alguns históricos de violência na escola.

A E1 promove Educação de Jovens e Adultos-EJA, tanto alfabetização, quanto ensino fundamental (5ª à 8ª série) no período noturno. Os alunos 5ª à 8ª séries do ensino fundamental de ensino, eram contemplados com um projeto de âmbito nacional chamado Projeto Veredas. O Projeto Veredas era uma modalidade de ensino baseada em vídeo aulas modularmente. O professor apenas dava suporte às tele-aulas, aquelas mesmas aulas transmitidas na emissora de televisão, Globo - telecurso. Os alunos eram divididos em turmas de nivelamento e um aluno que estava em uma turma de nível de 5ª série poderia terminar o ensino fundamental em um ano. Os vídeos eram desatualizados e com muitos erros de conteúdo. Nessa escola esse projeto foi desenvolvido no ano de 2009. Tinham muitos jovens em condição de liberdade assistida. Era uma escola com um histórico de violência aguçado.

A E2, escola localizada na quadra 115 do Recanto das Emas, localização bem próxima à E1, também trabalha com os três turnos e o seu diferencial é na estrutura física, por ser mais nova a escola tem uma estrutura moderna e ampliada. O público é o mesmo da E1, já que essa iniciou suas atividades noturna no ano de 2010 para atender alunos do EJA- Ensino Fundamental, fazendo uma divisão entre as duas escolas ( 113 e 115). Alunos da E1 estudariam apenas alfabetização e E2 ensino fundamental – EJA.

A E2, também da mesma comunidade da primeira, teve seu primeiro ano noturno em 2010. A fim de se fazer uma divisão escolar nessa comunidade e diminuir a violência, devido a grande aglomeração de alunos na E1, abriram-se as portas dessa escola para receber alunos que estivessem no ensino fundamental (5ª a 8ª séries), dividindo melhor a quantidade de alunos entre as escolas e consequentemente a violência. Essa escola trabalhava com o supletivo de seis meses para cada série. Os alunos recebiam livros e cadernos de respostas para trabalhos didáticos. A escola no ano de 2010 não teve problemas com violência e tinha apenas dois alunos assistidos judicialmente.



Os professores da E1 e da E2 são todos formados em suas áreas de atuação. No meu caso específico, foram meus primeiros anos em sala de aula dando regência em Língua Portuguesa (2009 – 2010), na E1 dando suporte ao Projeto Veredas e na E2 em modalidade supletivo. São com esses dados em que a pesquisa se baseia.

Nas duas escolas, os professores do noturno são basicamente compostos por professores em contratos temporários, não ocasionando com isso algum tipo de transtorno, apenas o de perda de qualificação nos cursos de educação continuada promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, já que nesses dois anos de analisados (2009 – 2010) os professores permaneciam com seus contratos até o final do ano.

Na E1 não se discutia a forma como íamos receber os alunos em condições de liberdade assistida, apenas exigiam dos professores opressão em cima desses alunos, o que dificultava o convívio e diálogo entre direção e professores. Não se discutia metodologia, se o professor quisesse teria que montar seus projetos individualmente, ou com no máximo outro professor que estava preocupado com a integração desses jovens infratores.

Como na E1 trabalhava com o Projeto Veredas eram contemplados para cada turma dois professores, sendo um de humanas e outro de exatas, portanto, o professor de Língua Português tinha que assumir a turma integralmente em humanas, oferecendo suporte nas disciplinas de: Inglês, artes e ensino Religioso. A professora de exatas dava suporte a: Matemática e Ciências. Tínhamos apenas um professor de História que dava suporte para todas as turmas em Geografia e História.

A escola tinha um contexto tenso. Não era muito raro, alunos drogados em sala de aula, com comportamentos abusivos, o que exigia mais atenção e observação comportamental frente aos alunos. O projeto veredas tinha como base o filme *“Escritores da Liberdade”* - (Freedom Writers, EUA, 2007) – que conta a história de uma jovem professora que começa a lecionar em uma comunidade violenta e sem perspectiva de evolução intelectual e através de muito amor e dedicação ela vai modificando a realidade desses alunos. Um das exigências dessa

professora era que os alunos escrevessem em seus diários, baseado no livro que eles estavam trabalhando em sala, “O Diário de Anne Frank”.

O Projeto Veredas exigia dos alunos um memorial que funcionava da seguinte forma: Os alunos deveriam escrever em seus memoriais uma vez por semana, sempre com uma sugestão da professora de Português a respeito do tema de suas vidas. Basicamente se iniciava o memorial com a infância, vida escolar, família, amigos, divertimentos, sonhos, etc. Em cada um dos temas eles relatavam algo e entregavam a professora que apenas lia sem dar sugestões.

Os diários traziam informações muito pessoais. Algumas vezes esses alunos pediam para que não fossem revelados os segredos ali contados. Na grande maioria, se tratava dos seus contextos familiares e vícios. Tinha certa resistência dos alunos de maior idade em escrever nos memoriais.

As turmas iniciavam com média de 55 alunos. Mas, especificamente a de nível 5ª série que eu trabalhei, teve em média 20 alunos que desistiram. Dos 35 alunos em sala uns 15 eram adolescentes. Dos 20 desistentes três eram adolescentes infratores em condição de liberdade assistida. Um dos alunos voltou à prisão sem direito a medida sócio-educativa por mau comportamento, o outro foi remanejado para uma escola próxima a sua residência, e outro foi assassinado, esse último quase concluiu o projeto.

A E 2 (2010) era uma escola totalmente nova na modalidade EJA – noturno. A direção e coordenação demonstravam uma grande preocupação na recepção aos alunos em condição de liberdade assistida, já que a escola tinha uma boa estrutura física e era bem vista em seus aspectos disciplinares pela comunidade, a escola tinha boa credibilidade.

Como era o primeiro ano de funcionamento da escola, tivemos algumas reuniões para serem estabelecidas algumas normas para o bom funcionamento das aulas, mas nenhum projeto específico para receber alunos com problemas judiciais. A escola tinha maior preocupação com as desistências e com vandalismos.

Para evitar formação de turmas a escola criou uma grade horária modular. Como a maioria dos alunos fazia duas séries distintas foram planejadas as grades horárias aonde os alunos iam até a sala do professor e sua determinada disciplina

de acordo com a sua pendência. Se por exemplo o aluno matriculado na 5ª série devia Português de 5ª e 6ª séries, ele consultaria sua grade e procuraria os dias e horários em que os professores estariam dando essas determinadas aulas. Com isso, dificultava a formação de turmas. Funcionou bem.

De 97 alunos frequentes das séries 5ª, 6ª, 7ª e 8ª, a escola apenas tinha 18 alunos menores de idade, sendo que 7 tiveram problemas com a justiça e 1 apenas estava sendo assistido judicialmente. No início do ano, nos alunos matriculados, esse número era maior. Tínhamos 164 alunos matriculados, sendo 29 menores e 6 liberdade assistida. Pesquisando com a direção e comunidade, descobri que 3 desses alunos voltaram para o CAJE (Centro de Atendimento Juvenil Especializado), os outros 2, não sabem ao certo o que aconteceu, ou mudaram, ou estão aguardando sentença judicial para retornarem as escolas.

### **3.5 Participantes**

A pesquisa conta com três participantes diretos, sendo a pesquisadora que é a professora regente em Língua Portuguesa da turma, e dois alunos. Um dos alunos participou da medida sócio-educativa até o final do ano, o outro veio a falecer. E mais 5 professores do EJA que responderam o questionário para análise de dados da visão do professor a respeito dos alunos em liberdade assistida e 15 alunos que também responderam o questionário para a análise de dados sobre os alunos.

Assim, assumi minha atuação como pesquisadora. Ressalto que trabalhei como professora regente no ano de 2009, na escola número 1 citada anteriormente como professora de Português. Comecei a me interessar pelo tema depois de experiência em estágio supervisionado e posteriormente um projeto inclusivo com alunos em condição de liberdade assistida nas Fenações Integração Social – CEP (Centro de Educação Profissionalizante) em 2006 na cidade satélite do Recanto das Emas, no Distrito Federal.

O primeiro aluno será chamado de Pepe, nome fictício. Pepe tinha 16 anos quando iniciou no Projeto Veredas. Tinha sete passagens pela polícia, umas por brigas e outras por assalto e porte ilegal de armas, estando em condição de liberdade assistida. Estudava com seu irmão e parecia muito amigo. Seu comportamento era respeitoso, mas com certo tom irônico. Tinha certa influência com o restante dos alunos da sala. Mas sempre obedecia aos professores, não era de confronto. Fazia todas as tarefas de turma e escrevia muito bem.

O segundo aluno será chamado de Ricardo, nome fictício. Ricardo tinha 15 anos e tinha duas passagens pela polícia por assalto à mão armada. Ricardo era inquieto e perturbava bastante as aulas. Tinha tom ameaçador e vivia sendo advertido pelos professores. Não tinha amigos na turma, mas tinha respeito dos companheiros de sala. Não gostava de participar das tarefas. Tinha bastante falta e não desistia porque necessitava da assinatura de frequência para entregar ao juiz. Grandes problemas de aprendizagem.

### **3.6 Materiais**

- 1- Cópia do termo de Consentimento livre e esclarecido
- 2- Diário pessoal
- 3- Memorial de aluno
- 4- Cópias de Questionário
- 5- Internet
- 6- Plataforma Moodle
- 7- Livros específicos

### **3.6.1 Modelo do Questionário: (Alunos)**

- 1- Quantos anos têm?
- 2- Gosta da escola? E qual importância?
- 3- Já se envolveu em atritos escolares (violências verbais e não-verbais)?
- 4- Qual importância tem a família para você?
- 5- Já teve ou tem problemas com a justiça?
- 6- Quantas vezes?
- 7- Qual é expectativa para o futuro?

### **3.6.2 Modelo de Questionário (Professores)**

- 1- Conhece a medida sócio-educativa para menores em liberdade assistida?  
( ) Sim ( ) Não
- 2- Já trabalhou com adolescentes infratores em sala de aula?  
( ) Sim ( ) Não
- 3- Já teve alguma capacitação para trabalhar com menores em Liberdade Assistida?  
( ) Sim ( ) Não
- 4- Gosta de trabalhar com menores infratores?  
( ) Sim ( ) Não
- 5- Esse ano tem algum aluno menor infrator em sua sala de aula?  
( ) Sim ( ) Não
- 6- Sente segurança para trabalhar com menor infrator?  
( ) Sim ( ) Não
- 7- Acha que tem projetos contemplando a inclusão do menor infrator nas escolas públicas do D.F?

Sim  Não

8- Em sua opinião, você acha que o menor infrator ao chegar à escola é de fato incluído?

Sim  Não

9- Conhece sobre letramento?

Sim  Não

10-O letramento pode melhorar o processo de inclusão do aluno

Sim  Não

### **3.7 Instrumentos de Construção de Dados**

Foram elaborados dois questionários, sendo um de perguntas entregue a 15 alunos menores de idade, da E2, questionário esse, usado como estratégia para que o aluno Ricardo respondesse sem se sentir coagido ou observado, já que todos de sua idade também estavam respondendo. As perguntas foram baseadas no memorial do aluno da E1 participante da pesquisa (Pepe). O Objetivo principal do questionário para os alunos era conhecer a realidade deles. Como eles têm lidado com os pilares de formações cognitivas como: família e escola, e quais suas perspectivas para o futuro, todo o questionário baseados no material de análise da E1, memorial de Pepe.

O outro questionário foi entregue a 5 professores do noturno. Já para os professores o questionário era direcionado a visão do professores referente aos alunos infratores, como se dava a preparação e perspectivas na inclusão desses alunos. Somente foi feita aplicação deste questionário na E2 por ser a partir do ano de 2010, ano que estava lecionando nessa escola, que oficializei minha pesquisa.

### **3.8 Diário de Campo**

Foi usado um diário de campo. Esse diário tinha observações a respeito do aluno Ricardo, lembrando que como a pesquisa foi oficializada no ano de 2010, ano que estava trabalhando na E2 só foi documentado nesse diário a partir deste ano. Todo comportamento do aluno Ricardo que tivesse significação na pesquisa era anotado, como participação em sala, trabalhos textuais, colocações significativas, entre outros. Anotavam-se também comportamentos de rejeição de alguns professores a respeito do aluno. O Diário foi um fator muito significativo na montagem do indivíduo e direcionamento da pesquisa.

### **3.9 Memorial**

O memorial foi o fator norteador do questionário aplicado na E 2. O memorial eram notas pessoais do aluno Pepe sobre aspectos gerais de sua vida. O memorial fazia parte do Projeto Veredas que tinha como intuito conhecer o aluno e seu contexto para melhor aplicação didática. No memorial poderia ser visto analisada tanto a parte da história de vida do aluno, quando a parte de letramento. Como ele escreve, o que escreve e qual seu grau de conhecimento com as regras de ortografia.

### **3.10 Procedimentos de Construção de Dados**

O critério de escolha da instituição foi devido ser às escolas onde eu trabalhava, dando maior praticidade e liberdade na escolha dos projetos desenvolvidos com os alunos. É importante ressaltar que a E1 tem dados formadores de questionamentos de análise posteriores E2, pois foi através do memorial que era exigido curricularmente na E1 que foi retirada as perguntas do questionário da E2.

Na E1, o Projeto Veredas contemplava a inclusão escolar por isso na aplicação dos memoriais era passada ao aluno toda metodologia que visava o projeto e que poderia ser usado para pesquisas e formação de dados.

Na E2 foi feita uma abordagem prévia entre professores e coordenação sobre a pesquisa a ser desenvolvida em sala de aula com alunos menor infrator em condição de liberdade assistida. O tempo usado nas duas escolas era o tempo de aula nas turmas, girando em média de 1 hora e 40 minutos, três vezes por semana. O Projeto Veredas dava um tempo maior em sala, 3 horas, três vezes por semana.

Foi entregue o termo de consentimento livre e esclarecido na E2 para a coordenadora pedagógica que acompanhava o funcionamento da escola noturno. Posteriormente foi procurada a mãe de Ricardo e irmão de Pepe para que assinassem o termo de consentimento, sendo lhe passado às informações sobre a pesquisa.

### **3.11 - Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados foram analisados a partir do conjunto entre a vivência com os alunos, anotações, trabalhos e questionários. A vivência com os alunos foi um fator muito significativo nas anotações feitas para a análise dos dados, foi a partir dessa vivência que pude construir questionário e formular pensamentos condizentes com escritos de intelectuais da área.

Nessa análise foi observado que além da necessidade dos alunos como participantes (Ricardo e Pepe) era preciso verificar a visão de professores envolvidos no processo de inclusão desses alunos, daí a formação da análise do questionário dos professores.



## IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Análise do Questionário – Aluno E2

Os objetivos iniciais deste trabalho buscam analisar a funcionabilidade da medida sócioeducativa ao aluno em condição de liberdade assistida e êxito do trabalho pedagógico inclusivo escolar, baseado na participação familiar e no letramento promovido em sala de aula, baseando-se nisso foi analisado o material, tanto de Pepe, quanto de e Ricardo e professores.

Através de cada item tido como análise foram obtidos instrumentos construtivos para a formação de dados. Inicialmente será tratado o resultado do questionário de alunos. Como o interesse nesse questionário era obter informações a respeito do aluno em liberdade assistida Ricardo (nome fictício), será em foco o resultado dele, tendo em vista que a pesquisa apenas foi oficializada no ano de 2010, ano em que Ricardo estava sendo assistido, tirando como referências o memorial de Pepe da E1.

*Ricardo tinha 15 anos, sendo que os alunos que responderam esse questionário tinham a média de idade de 15 a 16 anos. Ricardo, segundo o questionário, não gostava da escola e a achava sem importância, sendo que a maioria da turma que respondeu o questionário gosta da escola e tem o intuito de conseguir um bom emprego. Ricardo diz já se envolver com atritos escolares, em um teor verbal e físicos e a maioria da turma também. Ricardo acha que a família tem muita importância para ele e unanimemente a turma tem alta consideração à importância da família. Ricardo diz já ter problemas com a justiça e a maioria diz nunca ter problemas com a justiça, mais outros dois alunos dizem ter problemas judiciais, mas não está em condições de liberdade assistida. A expectativa de Ricardo para o futuro é terminar os estudos igualmente a maioria dos alunos que responderam o questionário, com intuito de arrumar um bom emprego.*

Três aspectos importantes se destacam nesse questionário a serem analisados.

O primeiro é que mesmo Ricardo não achando importante a escola sua expectativa para o futuro é terminar os estudos. De certa forma é contraditória essa resposta porque para Ricardo supõe-se que existe uma importância em frequentar a escola para terminar os estudos.

Outro aspecto a ser analisado é que outros dois alunos da mesma faixa etária de Ricardo também tiveram problemas com a justiça, mas não foram condenados à prisão em regime fechado e nem em condições de liberdade assistida.

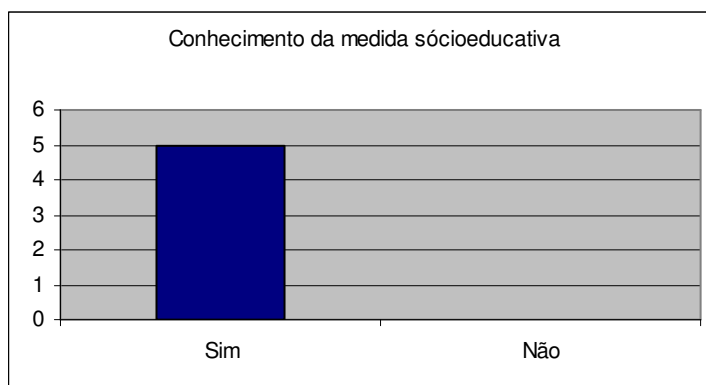
O último aspecto, é que a maioria dos alunos já se envolveram em atritos escolares, como: xingamentos e ataques físicos e psicológicos, uns com os outros.

#### 4.2 Análise do Questionário - Professores

Foi entregue o questionário aos cinco professores que trabalham no noturno na modalidade de EJA – Educação de Jovens e Adultos da E2. Esse questionário foi entregue apenas na E2 pelo fato de ser o ano que dei início a pesquisa de menor infrator (oficialmente), porque na E1 foi usado o material, que era bom para a pesquisa, mas não era claro que seria feito o trabalho com esses dados, apenas considere relevante, devido a qualidade do material da E1.

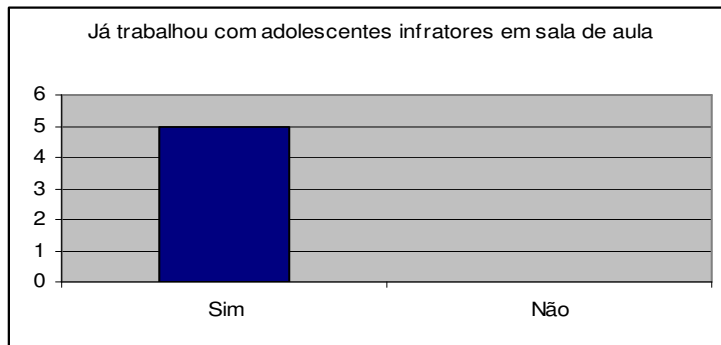
O resultado deste questionário foi aqui apresentado em forma de gráficos:

01-Conhecimento da medida sócioeducativa?



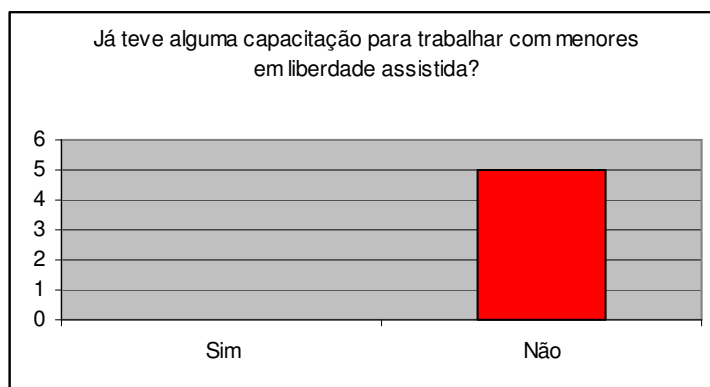
Unanimemente os professores conhecem a medida sócio-educativa para liberdade assistida.

02-Já trabalhou com adolescentes infratores em sala de aula?



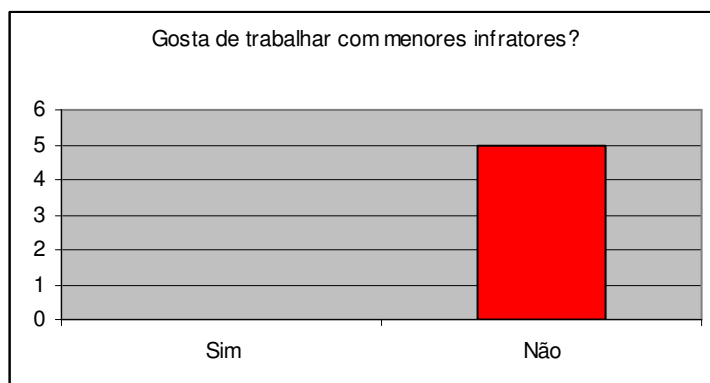
Todos os professores já trabalharam com alunos em condição de liberdade assistida.

03-Já teve alguma capacitação para trabalhar com menores em Liberdade Assistida?



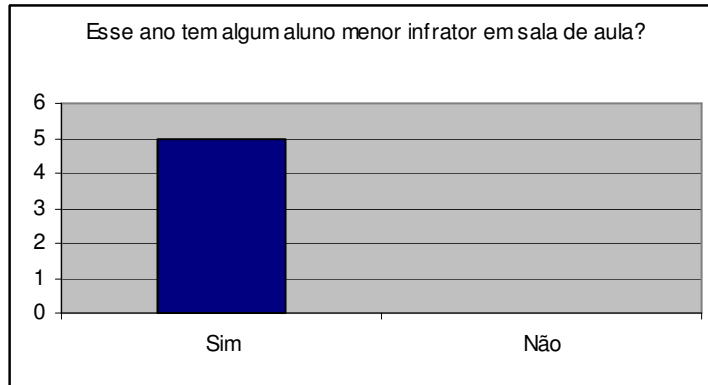
Os professores nunca tiveram nenhuma capacitação para trabalharem com adolescentes infratores.

04-Gosta de trabalhar com menores Infratores?



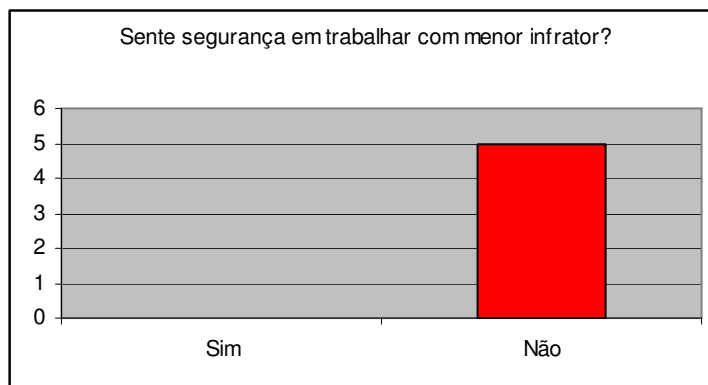
Os professores não gostam de trabalhar com menores infratores.

05-Esse ano tem algum aluno menor infrator em sua sala de aula?



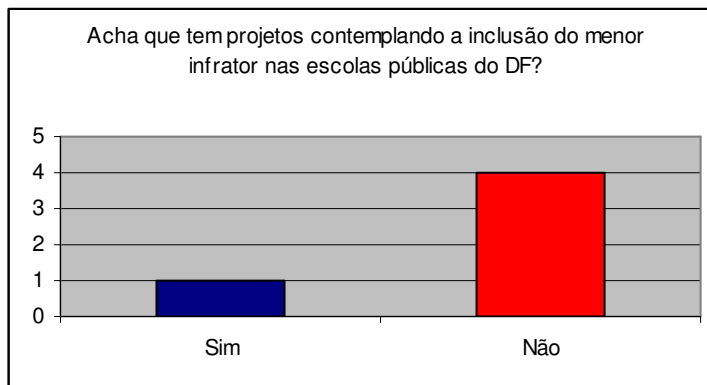
Todos os professores trabalham com alunos infratores.

06-Sente segurança para trabalhar com menor infrator?



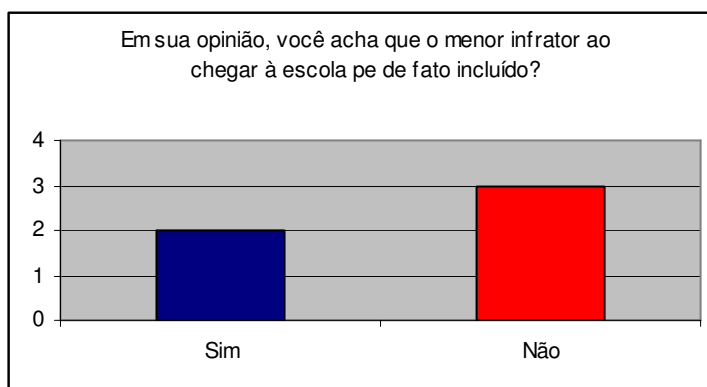
Os professores não se sentem seguros para trabalhar com menores infratores.

07-Acha que tem projetos contemplando a inclusão do menor infrator nas escolas públicas do DF?



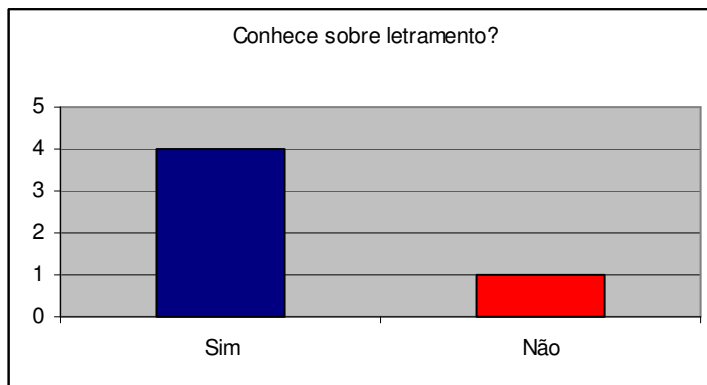
A maioria acha que não tem projetos que contemple a inclusão desses alunos em sala que aula.

08-Em sua opinião, você acha que o menor infrator ao chegar à escola é de fato incluído?



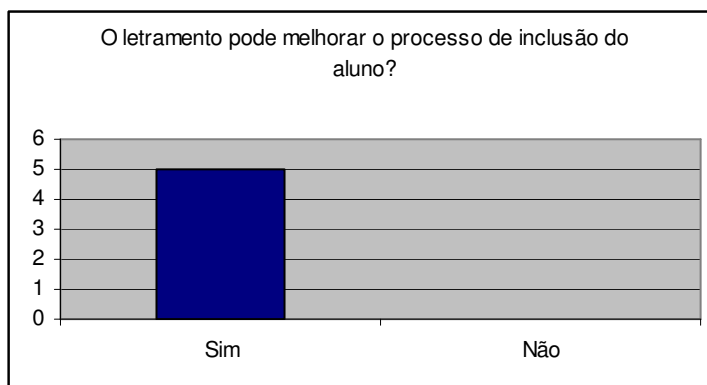
A maioria acha que o aluno menor infrator não é incluído em sala, sendo que dois dos cinco participantes acha que sim, o adolescente infrator é incluído.

09-Conhece sobre letramento?



A maioria conhece a metodologia de letramento.

10-O letramento pode melhorar o processo de inclusão do aluno?



Unanimemente, os professores acham que o letramento pode melhorar o processo de inclusão do aluno em sala de aula.

### 4.3 Diário de Campo e Memorial

A pesquisa na E1, feita com o aluno Pepe (nome fictício), foi baseada no memorial do aluno e professor e alguns trabalhos do aluno realizado em sala. Pepe tinha um grande domínio ortográfico e gramatical, tinha letra legível e discutia assuntos polêmicos em sala. Em um dos trabalhos desenvolvidos em sala foi passada uma música de rap para ser analisada. A música tinha como título: “Negro Drama” do grupo Racionais Mcs.

A letra fala de preconceito racial e da condição do negro da periferia que já nasce com uma família desestruturada, filhos de mãe solteira que tem que viver em condições precárias, em uma luta diária para sobreviver e vencer na vida. Nesse contexto os alunos das cidades satélites de Brasília se sentem.

Pepe na discussão em sala relatou se sentir o “Negro Drama”. Que sofreu preconceito com sua família por ser filho de mãe negra, separada de seu pai que tinha problemas com álcool. Assim como Pepe outros alunos se identificaram com a letra da música, mesmo não tendo problemas judiciais suas realidades eram parecidas. Em seu memorial ele complementou dizendo já ter sido preso sete vezes, mas que agora queria estudar para ser advogado e ajudar sua família.

Foi na escola número 2 que Ricardo, bem mais introspectivo que Pepe, estava matriculado. O aluno não demonstrava nenhum interesse em se abrir nas aulas de interpretação de texto. Além de escrever mal e em seus textos demonstrar uma dificuldade enorme em ter um pensamento coerente, ele escrevia no máximo cinco linhas em um texto de exigência de 12 linhas, e gostava de soltar piadas na sala para causar tumulto em sala.

Certa vez foi passado um exercício de análise crítica sobre o filme: “A Preciosa”. Este filme tratava do preconceito em seus vários aspectos. A protagonista do filme era obesa, negra, pobre, menor de idade, mãe e analfabeta. Sofria violência doméstica e abusos sexuais de seus pais. Ela com muita determinação se matricula em uma escola inclusiva e consegue vencer seus obstáculos se alfabetizando. Nesse contexto o filme termina com a protagonista com seus dois filhos depois de descobrir ser soropositivo.

Ricardo passou o filme inteiro sorrindo. Fazia comentários preconceituosos, e em seu exercício fez um comentário com seguinte teor. “Achei o filme ruim porque não tinha uma mulher bonita”. Enquanto alguns da sala choravam e queriam discutir o filme, Ricardo estava endurecido.

Ricardo não gostava de participar de nenhum tipo de trabalho em grupo. Gostava de ficar fazendo rabiscos no caderno e ouvindo músicas no celular, onde sempre era lido chamado atenção. Os trabalhos individuais também eram muito mal feitos e quando tinha que trazer de casa era rasgado e sujo.

Sua mãe teve que fazer uma visita na escola para pegar sua frequência escolar para levar ao juiz. Ela tinha em torno de 33 anos, muito jovem. Usava roupas bem curtas e foi chamada atenção por entrar fumando na escola. Ela era uma

mulher com pouca instrução e não demonstrava nenhuma afetividade pela família, muito menos por Ricardo.

Nessa ida a escola, aproveitou-se a oportunidade para conversar com a mãe de Ricardo para sabermos dela mais sobre seu filho. Ela alegou que ele sempre deu muito trabalho, julgando ele parecer com o pai que sumiu no mundo nunca vendo, nem dando assistência ao filho. Na conversa ela infelizmente não quis manter nenhuma parceria com a escola para ajudar seu filho no aspecto da aprendizagem, alegou não ter tempo para monitorá-lo e queria mesmo era que ele pudesse trabalhar para ajudar em casa.

Tanto na escola 1, quanto na escola 2 as aulas de Língua Portuguesa eram baseadas em diversidades de textos (gêneros textuais) e suas respectivas interpretações. Através dos debates os alunos surgiam com suas experiências e formavam conceitos jamais pensados. Essa conduta facilitou o aprimoramento da fala e escrita.

Para Pepe que tinha um conhecimento melhor de leitura e escrita às questões eram muito mais fáceis que para Ricardo, mas mesmo assim Ricardo foi até o final do supletivo. Infelizmente nesse contexto quem conseguiu avançar de série foi Ricardo. Pepe foi assassinado em setembro de 2009 aos 17 anos completos.

O material de Pepe, mesmo sendo antes do início oficial da pesquisa, se encaixava diretamente com a proposta do projeto de inclusão do menor infrator, já que baseado em trabalhos e principalmente no memorial, norteia a uma riqueza de detalhes e informações que serviram como parâmetro para os questionamentos usados na inclusão do menor infrator.

No geral, os alunos se interessavam por textos de acordo com suas realidades, por isso, nas aulas era usado bastante Rap ou mesmo assuntos que fossem polêmicos e de acordo com o cotidiano atual, como: Drogas, aborto, homossexualidade, gravidez na adolescência, etc. Através desses assuntos era feito discussões em cima dessa realidade e de uma realidade possível através do conhecimento letrado.

Os alunos, na maioria, desconheciam o que era cidadania, com isso, eram totalmente marginalizados diante a sociedade, o que ocasionava essa desestruturação social. Observava-se que os alunos ainda lutavam por sobrevivência, mesmo que sem dignidade, em uma luta diária por um emprego, buscando na escola apenas um título que lhe garanta sobrevivência.



Contudo, é preciso reconhecer que a insuficiência de salários e condições concretas de vida levam as famílias empobrecidas a usarem todas as suas energias exclusivamente na luta pela sobrevivência, vedando-lhes o direito de atuarem como cidadãos íntegros, com possibilidades de canalizarem horas de sua vida para educação, melhores opções de trabalho, cuidados com a saúde, busca de uma identidade cultural e política, lazer e maior investimento em relações afetivas. (PRATES, 2009, p.23).

A escola ainda tem uma ligação direta com o bem-estar financeiro. Os alunos, tanto da E 1, quanto da E2, buscavam mudar suas realidades, dando significado apenas ao título e não a vivencia escolar. Acreditavam que apenas passando de série em série conseguiriam empregos melhores. Como foi observado na descrição passada no questionário aplicado como estratégia a Ricardo na E2. .

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve uma significativa contribuição em relatar a vivência do aluno em condições de liberdade assistida em sala de aula, atendendo assim ao questionamento norteador de observância do processo de inclusão do menor infrator em sala de aula e toda funcionabilidade da medida sócio-educativa e seus êxitos, juntamente com a participação da família.

Além de referências teóricas importantes para embasamento desse trabalho, a pesquisa trouxe informações práticas de observações a respeito da preparação dos professores que trabalham com menores infratores e que não recebem treinamentos e desconhecem essa forma de inclusão, trabalham com medo e inseguros, envolvidos pela realidade sofrida do aluno de periferia que chegam às salas de aula sem motivação.

Foi analisado nessa pesquisa que a inclusão do menor infrator através do trabalho pedagógico escolar é minimizada tanto pelo despreparo dos professores, quanto pela falta de envolvimento da família no processo inclusivo de aprendizagem, não existe uma cooperação mútua de responsabilidades.

A metodologia aplicada, baseada no letramento, é um fator significativo nas discussões em sala. Através dessa maneira de vivenciar com o aluno os vários gêneros textuais baseado em sua realidade é que se pode despertar para algumas questões condizentes com seu meio, localizando assim, esse aluno na sociedade.

Conclui-se com essa pesquisa que a medida sócio-educativa de inclusão escolar por si só não garante ao adolescente infrator uma reintegração social, já que além dos fatores de estrutura familiar a ser considerado, temos o fator social que não garante programas de apoio a esses jovens e conseqüentemente a suas famílias que vem de uma realidade dura de sobrevivência e marginalização.

É considerável investir em futuras pesquisas que trabalhem diretamente com as famílias dos menores infratores a respeito das origens, cultura e todos os fatores sociais que possam intervir na conduta da criança com o meio. Através de uma abordagem mais específica das realidades existentes, em específico no Recanto das Emas, poderia dar norteamento a qualidade do ensino público do Distrito Federal.

## VI - REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

A PRECIOSA. (Precious: Based on the Novel Push by Sapphire). Lee Daniels. EUA, 2009. Drama. 110 min.

BAZERMAN, Charles. Escrita, Gênero e Interação Social. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8242, de 12 de outubro de 1991, e Convenção sobre os Direitos da Criança. – 4ª.ed – Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

BRASIL. Constituição ( 1988 ). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

DALLEGRAVE, Geci Maria Riboldi. Desenvolvimento Moral do Adolescente: A identificação com o professor. 2ª ed. São Paulo: Educ, 2006.

JESUS, Maurício Neves. Adolescente em Conflito com a Lei. Campinas, SP: Servanda, 2006.

LOPES, Maura Corcini. HATTGE, Morgana Domênica. Inclusão Escolar. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MACIEL, Diva Albuquerque. BARBATO, Silviane. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: UNB, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. O Manifesto do partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MOLLICA, Maria Cecília. Fala, Letramento e Inclusão Social. São Paulo: Contexto,

2007.

PRATES, Flávio Cruz. Adolescente Infrator. Curitiba: Juruá, 2009.

## **APÊNDICES**

## **ANEXOS**